

Senado também partilha da prática de nepotismo

Um dos auxiliares mais próximos do presidente do Congresso tem a mulher e a filha em cargos na Casa

ROSA COSTA

BRASÍLIA — A decisão do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), de incluir o nepotismo entre as irregularidades no Poder Judiciário que pretende ver investigadas por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), deixa em situação incômoda um de seus auxiliares mais próximos, o secretário-geral da Casa, Raimundo Carreiro. Ele tem uma filha e a mulher, aposentada do Tribunal de Contas da União (TCU), ocupando cargos comissionados do Senado. Informado do fato, ACM foi buscar informações sobre a situação, e ficou sabendo, por seus assessores, que ela é legal. O senador não fez mais nenhum comentário sobre a questão.

A estudante de Direito Juliana de Ávila Carreiro, de 19 anos, ganha R\$ 4,14 mil brutos, por meio expediente, como secretaria parlamentar da liderança do governo. O emprego funciona co-

mo uma espécie de bolsa de estudo, já que ela passa boa parte da tarde estudando. A aposentada do TCU Maria José, mulher de Carreiro, recebe há dois anos salário de R\$ 4,88 mil como assessora do diretor-geral, Agaciel Maia. Já a mulher de Agaciel, a analista legislativa Sânia Maia, do quadro do Senado há 15 anos, ganha cerca de R\$ 6 mil como assessora de Carreiro.

Ou seja, a troca de cargos — um dos quais, comissionados — ocorre entre os principais ocupantes da cúpula burocrática do Senado.

Carreiro disse que não vê nenhuma irregularidade em seu ato. "Todo mundo aqui tem a família no Senado", alegou. "Eu não pus a minha quando deveria pôr." Carreiro disse que sua filha trabalha no Senado há dois anos e antes estava lotada no gabinete do senador Odacir Soares (PTB-RO), que não se reelegeu. Embora ele entenda como justificativa o fato de a estudante ocupar o cargo desde os 18 anos, o fato mostra um dos as-

pectos mais negativos do nepotismo: o de雇用 pessoas sem nenhuma qualificação por um salário que, hoje, atenderia a especialistas de várias áreas do mercado de trabalho.

O responsável pela contratação de Juliana, o líder interino do governo, senador Romeu Tuma (PFL-SP), disse que atendeu a um pedido do secretário-geral.

"Eu disse a ele que se fosse legal, eu iria atendê-lo", informou. Tuma assegurou que ele próprio, em nenhuma situação, empregaria um filho ou parente num emprego público.

"Meu filho, que é delegado em São Paulo (Romeu Tuma Júnior), adoraria ter um emprego aqui", afirmou. "Mas é uma idéia que nem me passa pela cabeça."

As estudantes passou a tarde toda no gabinete, mas quando foi procurada, outros assessores informaram que ela ou estava fazendo um trabalho externo ou tinha ido ao banco.

Apesar de já ter sido aprovado no Senado, em 1996, um projeto

de lei do senador Roberto Freire (PPS-PE) proibindo a contratação nos três Poderes de parentes até segundo grau de quem ocupa cargos de chefia, o hábito continua arraigado em inúmeros gabinetes. O mais notório é o do senador Gilvan Borges (PMDB-AP), que contratou, segundo declarou, "a mulher que

me pariu e a mulher que dorme comigo". O projeto está "encostado" na Câmara e não há previsão sobre a data em que começará a tramitar.

O nepotismo é estimulado pelas resoluções aprovadas pelos senadores. Cada um deles pode dispor, no gabinete, de 18 servidores, 9 do quadro efetivo do Se-

nado e 9 comissionados. E é aí, com recebimento de comissões, que os parentes são contratados, embora a prática seja rejeitada por inúmeros senadores, até por ACM. Os servidores do quadro do Senado somam 2,15 mil. O total de comissionados é de 900, mas, muitos deles, nem conhecem o local de trabalho.

PROJETO
APROVADO EM
96 PROÍBE
CONTRATAÇÕES